

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
CAPÍTULO I - SOBRE A IDEOLOGIA QUE ESTÁ POR TRÁS DA CRIMINALIZAÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO	
1 Por que falar em Ideologia	33
2 Contornos das Ideias e dos Valores na Sociedade Ocidental Contemporânea	38
3 A Crise dos Valores na Modernidade	43
4 A Diluição do Indivíduo: Sociedade de Massas e Democracia de Massas; Tribos e Redes	47
5 A Sociedade de Risco e o Crime como Risco Social	55
6 O Dinheiro Como Valor Supremo e o Espírito do Capitalismo	59
7 Economia Global.	64
7.1 Economia Global Lícita	68
7.2 Economia Global Ilícita	71
7.2.1. O Padrão Seletivo da Repressão à Lavagem de Dinheiro no Contexto da Globalização Financeira	73
CAPÍTULO II - A CRIMINALIZAÇÃO DA LAVAGEM DE DINHEIRO	
1 Neocriminalização - A Criação da Proibição	77
1.1 Por que uma Prática tão Antiga só Agora foi Considerada Crime? - Paralelo com a Psicanálise	77
2 O Que é Um Crime? - Algumas Questões	78
2.1 Enfoque Histórico. O Nascimento do Crime de Lavagem de Dinheiro. A Iniciativa Italiana e a Legislação Norte-Americana	80
2.1.1 Razões da Criminalização na Itália: Atuação de Grupos Mafiosos e das Brigadas Vermelhas em Sequestros com Finalidades Econômicas e Políticas (O Art. 648 Bis do Código Penal Italiano)	80
2.1.2 Razões da Criminalização nos Estados Unidos: Exploração do Comércio de Bebidas, do Jogo e do Tráfico de Drogas pelo Crime Organizado, com Utilização do Sistema Financeiro Internacional e de Empresas <i>Offshore</i> (<i>Money Laundering Control Act</i> e Disposições Posteriores)	82

2.2	Enfoque Material. Crime é Uma Conduta Socialmente Danosa que Lesa ou Ameaça Bens Jurídicos	88
2.2.1	Revisitando as Diferentes Concepções sobre o Conceito, a Missão e a Função do Direito Penal	90
2.2.2	O Bem Jurídico Penal.....	98
2.2.3	O Bem Jurídico Tutelado pela Norma de Lavagem de Dinheiro.....	103
2.2.4	O Dano Social Provocado pela Lavagem de Dinheiro.....	106
2.2.5	Valores Reconhecidos e Tutelados pela Norma Incriminadora da Lavagem de Dinheiro - Tomada de Posição	112
2.3	Enfoque Criminológico. O Crime como Problema Social e Comunitário.	117
2.3.1	O Crime - Conceito de Lavagem de Dinheiro	118
2.3.2	Fases da Lavagem.....	120
2.3.3	Tipologias	121
2.3.3.1	Sistemas Alternativos de Remessas	123
2.3.3.2	Setor de Seguros	125
2.3.3.3	Subfaturamento e Superfaturamento de Mercadorias e de Serviços no Comércio Internacional	126
2.3.3.4	Uso Impróprio de Sociedades Comerciais e Trusts	127
2.3.3.5	Tipologias Regionais - "dólar-cabo" e "euro-cabo"	129
2.3.3.6	Tendência - Novos métodos de pagamento: <i>e-money</i>	130
2.3.4	O Autor do Delito	131
2.3.5	As Vítimas.....	133
2.3.6	Controle Social	134
 CAPÍTULO III - REGIME GLOBAL E REGIME LOCAL DE PROIBIÇÃO		
1	A Expansão da Proibição - O Surgimento de um Regime Global.....	137
1.1	<i>Hard Law</i> : Tratados e Convenções Internacionais	142
1.1.1	Tratados e Convenções Internacionais que conformam o Regime Global Antilavagem de Dinheiro.....	143
1.2	<i>Soft Law</i> (Recomendações do GAFI, Atuação do FMI, do Banco Mundial, etc.).....	154
1.2.1	FATF/GAFI.....	157
1.2.2	Outros Organismos e Organizações	165
2	Regime Local: Disposições Legais e Iniciativas Brasileiras.....	170
2.1	Lei nº 9.613/98.....	170

2.1.1 A Absorção do Regime Global	170
2.1.2 Principais Aspectos do Regime Local.....	179
2.1.2.1 Os Tipos Penais de Lavagem de Dinheiro	179
2.1.2.1.1 Características comuns.....	184
2.1.2.1.2 Art. 1º, <i>caput</i> : tipo de ocultação ou dissimulação	186
2.1.2.1.3 Artigo 1º, §1º: tipos de conversão ou transferência e de aquisição e posse.....	191
2.1.2.1.4 Artigo 1º, §2º: tipo de utilização na atividade econômica e a participação em grupo, associação ou escritório	196
2.1.2.2 Infrações Penais Antecedentes e Relação de Acessoriedade Limitada	201
2.1.2.3 Competência para Processo e Julgamento. Critérios. As Varas Federais Especializadas	209
2.1.2.4 Medidas Assecuratórias: Apreensão, Sequestro e Arresto de Bens; Especialização de Hipoteca Legal	215
2.1.2.5 Restituição de Bens e Alienação Antecipada.....	220
2.1.2.6 Técnicas Especiais de Investigação.....	224
2.1.2.6.1 Ação Controlada	225
2.1.2.6.2 Operação Encoberta	226
2.1.2.6.3 Vigilância Eletrônica	227
2.1.2.6.4 Uso de Recompensas.....	228
2.1.2.6.5 Proteção de Testemunhas.....	229
2.1.2.6.6 Colaboração Espontânea ou Delação Premiada	230
2.1.2.7 Prisão Cautelar, Fiança e Liberdade	243
2.2 COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras	243
2.3 ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	246

CAPÍTULO IV - (DES)VELANDO O DISCURSO ANTILAVAGEM DE DINHEIRO

1 Corpus da Pesquisa	249
2 Referencial Teórico	250
2.1 O Sistema da Língua.....	250
2.2 Do Signo ao Significante.....	253

2.3 A Ordem do Discurso	256
3 A Articulação do Discurso	261
3.1 A Criminalização da Lavagem como Estratégia	261
3.2 Acentuado Uso de Metáforas	262
3.3 Intertextualidade	263
3.4 Política Criminal	264
3.5 Âmbito Internacional da Lavagem x Medidas Nacionais de Prevenção e de Repressão	264
3.6 Relação da Lavagem de Dinheiro com o Crime Organizado e Outros Delitos	265
3.7 Danos da Lavagem e Bens Tutelados: Da Eliminação da Impuni- dade à Proteção do Mercado e a Integridade e Estabilidade do Sistema Financeiro	266
3.8 Proteção da Circulação do Capital Lícito	268
3.9 Colaboração do Sistema Bancário e Financeiro	268
3.10 Abordagem das Medidas Preventivas em Função do Risco	269
3.11 Risco Maior nas Relações Comerciais ou Financeiras com PEPs	269
3.12 Custo x Benefício das Medidas de Prevenção	270
3.13 Uso do Direito Penal para Reprimir a Lavagem de Dinheiro	270
3.14 Abordagem Penal Não Exclusiva para Lidar com a Lavagem de Dinheiro	270
3.15 Ampliação do Âmbito dos Delitos Antecedentes	271
3.16 Exclusão do Delito Fiscal	272
4 Algumas Interpretações	273
CONCLUSÃO	279
REFERÊNCIAS	285
Anexo. 1. Modelo de Acordo de Delação Premiada	295